

AMORES E DESAMORES*

— PARA UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS RELAÇÕES AFECTIVAS

ANÁLIA TORRES**

Imaginem que têm sentados ao vosso lado a D. Virgínia da tabacaria da minha rua, o Sr. Dionísio da farmácia, o Sr. Sousa do supermercado do meu bairro. Pensem em pessoas como estas com quem se convive, ou pelo menos se fala quase todos os dias, e façam o exercício de as ver aqui ao lado de estudantes universitários, sociólogos, e outros profissionais.

Seria provavelmente uma assembleia no limite da impossibilidade. Mas tomem-na agora por segundos como real e suponham que o tema que se propunha à discussão era exactamente o Amor. Podia até passar-se um filme desses clássicos como o Casablanca. Depois falava-se das personagens (com quem devia ter ficado a Ingrid Bergman?). A seguir cada um diria ainda da sua experiência. Como e quando namorou, que palavras disse, que promessas fez, como se casou ou descasou, e coisas semelhantes.

Arriscarei pouco se disser que iríamos usar palavras diferentes para significar as mesmas coisas (casei por amor, gostei dele, atraiooou-me, apaixonei-me, curti à brava, arranjou uma amante); e muitas vezes falaríamos com as mesmas palavras atribuindo-lhes sentidos diferentes. Na assembleia que imaginámos, juntaríamos pessoas que tinham em comum — e são quase todas as deste mundo — a experiência amorosa, mas tinham também entre si grandes diferenças de valores ou referências.

Isto quer então dizer que em última análise não nos entenderíamos.

Em linguagem sociológica isto significa que depende do lugar social de onde se fala, ou seja das práticas sociais, os universos simbólicos ou idealizações que se constituem, os desejos e os gostos que se têm ou formulam.

* Este texto é a reprodução de uma comunicação apresentada pela autora às VI Jornadas de Comunicação e Cultura realizadas no ISCTE em Janeiro de 1987. Optou-se por não lhe introduzir qualquer alteração de relevo no estilo, mantendo-se assim o carácter de oralidade que um texto produzido para apresentação em público sempre contém. Agradeço ao Dr. António Firmino da Costa as úteis sugestões que me transmitiu na sequência de uma atenta leitura do texto.

** Docente do ISCTE e investigadora do CIES.

Mesmo que se trate de uma experiência tão universal como é a do Amor, ele não foge à regra da diferenciação social que torna a comunicação entre grupos, se não impossível, pelo menos difícil; mas será que estas diferenças se reduzem à individualidade de cada um? Ou seja, sendo a experiência amorosa vivida por cada um de nós como sentimento único quase indizível, e para mais, diferenciada socialmente, será que só uma ciência ou disciplina que, tendo como objecto o indivíduo singular — a Psicologia ou Psicanálise —, a poderá abordar?

Não creio. E é o que ao longo desta comunicação vou procurar demonstrar, tentando simultaneamente os caminhos, ainda exploratórios, para uma análise sociológica.

Em primeiro lugar, um argumento mais académico. Como se sabe, as distinções disciplinares nas ciências sociais não se fazem porque o objecto difere. O que difere é a construção do objecto. Ou seja, economia, psicologia, sociologia, redimensionam, ou elaboram segundo um enfoque próprio, *a mesma realidade social*; o indivíduo é uma totalidade, não redutível ao social, é sempre único e diferente de todos os outros. Mas em interacção com outros é o agente e protagonizador das sociedades em que vive. Será este o lado que a sociologia privilegia enquanto a psicologia ou a psicanálise procuram, por hipótese, privilegiar as dimensões psíquicas do indivíduo.

Em segundo lugar, parece-nos que é uma visão sociológica amputada a que privilegia apenas como objectos a construir os que parecem ser mais determinantes para explicar a vida social, por hipótese o estudo das instituições ou dos grandes sistemas. Este tipo de abordagem cai no equívoco de desprezar a dimensão, a meu ver, essa sim, mais relevante da sociologia, e essa é a que formula os conceitos de prática social e de relação social. São os indivíduos, as práticas sociais de que são protagonistas, e nelas se inserem também as suas representações simbólicas (o subjectivo é também «facto social») que geram, criam, transformam as instituições, as sociedades que constituem; e fazem-no em relação ou interacção com outros como dissemos, nos termos do que se pode definir como relação social.

As relações sociais têm múltiplas dimensões — uma das dimensões é a dimensão afectiva. Ela opera em todos os domínios da vida social — trabalho e profissão, família, lazer. E podemos então dizer que um dos lugares privilegiados ou operador simbólico fundamental das relações afectivas são as relações amorosas — nelas estão ainda inscritos diversos níveis da realidade, como veremos.

Damos um breve exemplo para explicitar o que dissemos. Quando se passa a considerar que o Amor é condição *sine qua non* para o casamento, alguns sociólogos, reflectindo sobre a família elaboram perspectivas segundo as quais se passa a considerar o casamento ou a família como instituição, fundada, é claro, agora sobre o Amor. Deixando de ser uma unidade produtiva como o tinha sido anteriormente, ela passa simplesmente às funções de reprodução social, ou subsistema de divisão funcional de tarefas entre cônjuges. À parte fica o Amor, que se considera um dado à partida,

não questionável. A escolha do cônjuge por hipótese é aleatória, ditada pelo sentimento. À porta do casamento param as determinações sociais.

Esta visão esquemática é posteriormente posta em causa. Por um lado, outras perspectivas teóricas questionam a dicotomia rígida entre vida pública e vida privada, fazendo salientar a interacção e influência permanente destas esferas. Por outro, certas pesquisas começam a detectar regularidades nesse terreno aparentemente indeterminado como a escolha do cônjuge. Constata-se, por exemplo, que a escolha é sobretudo homogâmica — escolhe-se um parceiro da mesma classe ou grupo social. Por outro ainda e com Bourdieu — e esta parece-me ser a perspectiva teórica mais relevante — formula-se, como dissemos, o conceito de prática social nas suas múltiplas dimensões — material e simbólica. O conceito de estratégias matrimoniais, por exemplo, refere-se exactamente a diversos níveis da realidade que está em jogo no casamento — afectivo, cultural, social.

Aliás, é também Bourdieu que justamente a propósito de uma análise do gosto — esse terreno também aparentemente tão aleatório — o refere à matriz de percepções (*habitus*) que opera nessas escolhas estéticas e que orienta os nossos diferentes estilos de vida.

Retomando agora o que dissemos, as relações afectivas, e mais especificamente as relações amorosas, são uma das múltiplas dimensões das relações sociais. E são uma dimensão fundamental também porque a afectividade constitui um dos elementos mais importantes na construção das identidades colectivas e individuais. Da mesma forma se pode dizer que associadas a esta dimensão relacional da afectividade se encontram formas de «padronização» de afectividade ou mesmo códigos amorosos que dominam, ou se impõem de forma diferenciada por épocas, no tempo e no espaço. Este é por agora o nosso enfoque que se desenvolverá ao longo desta comunicação.

Queremos deixar claro que não fizemos pesquisa científica concreta sobre as relações amorosas. Trata-se ainda de uma fase inicial da elaboração de um aparelho conceptual. As pessoas de que vos falámos inicialmente foram apenas um pretexto para vos confrontar com as diferentes formas de viver e falar sobre o Amor.

Realizei apenas trabalhos de pesquisa em áreas que posso considerar afins, e que me familiarizaram com o tema, ou até me sugeriram entrar por esta via, como foi o caso de uma pesquisa sobre mulheres divorciadas.

Começámos pelos desamores, poder-se-á dizer. Mas voltamos agora aos amores. Não fazemos aliás muito mais que a maioria dos divorciados que, como se pode constatar estatisticamente, voltam a casar...

Antes ainda de entrar mais directamente no assunto gostaria de vos dizer que tinha pensado começar esta comunicação com algumas palavras de Herberto Helder. Era talvez mais solene. E as palavras dos poetas são sempre mais redondas que as dos sociólogos. Começar assim não era aliás só um problema de forma. Oçam agora.

*Que desejas tu saber se é verdadeiro
e que modo de verdade interessa
à tua coisa verdadeira? O Amor
respondi eu, o amor. Desejo
saber a verdade sobre o Amor
respondi eu, segundo a verdade do Amor.
Não está mal para começar. Era
então o amor. O amor queima
as mãos, disse a minha pequena
sabedoria. A ciência queima as
mãos. O medo também...*

O poeta estabelece uma relação entre a vontade de saber sobre o Amor e todas as outras vontades de saber. Toda a curiosidade — quem é o outro? — toda a sede de descobrir — onde está a verdade, na ciência? — é um exercício, onde se queima as mãos, um risco, uma transgressão.

E ainda o poeta

*Que coisa era o amor para que eu o amasse assim? O amor é
escrever-me, transcrever-me, traduzir-me, colocar-me. É pe-
gar em mim, e pôr-me ao mesmo tempo dentro e fora de
mim; é reconhecer outra pessoa, trazê-la, reescrevendo-a e
pô-la dentro e fora de si, e tudo se encontrar. E o tempo? O
tempo no tempo. E o lugar? O lugar no lugar.*

A meu ver a procura do conhecimento do outro para que me reconheça, ou do conhecimento do mundo e da sua verdade para nele também me reconhecer e encontrar um lugar, são ambas essenciais à constituição da identidade, de um equilíbrio, da integração.

Ora, o tempo presente, a modernidade ou pós-modernidade, encerra exactamente esta dificuldade. Por um lado a ciência já não é sinónima da verdade, tranquila, pacificante; oferece maiores margens de incerteza, questiona-se, muda.

Da mesma forma, e talvez apenas em planos diferentes, as inquietações amorosas, as dificuldades de viver o Amor tal como gerações anteriores o viveram, traduzem-se também no crescimento das margens de incerteza, onde se questiona, e se é por vezes obrigado a mudar.

Julgo que é desta perturbação que nasce, por um lado a vontade de saber, que alimenta e realimenta permanentemente o novo interesse pelas coisas do Amor — no cinema, no romance, na televisão. E é uma perturbação idêntica que nos empurra para a curiosidade pelas coisas da ciência de que o consumo da divulgação científica e dos saberes para ou pretensamente científicos nos pode dar um exemplo. Em última análise, pode ainda ser essa mesma inquietação que dá corpo a este tipo de pesquisas...

Mas vamos ainda directamente ao assunto. Tomando como objecto as relações amorosas, comecemos por distinguir dois níveis de análise que aqui se dicotomizam apenas por imperativos metodológicos.

Em primeiro lugar, julgo, necessário, numa análise deste tipo, situar as relações amorosas e as representações colectivas e individuais sobre o Amor, num contexto cultural e espaço-temporal. Quer isto dizer que as práticas sociais e os universos simbólicos sobre o Amor a que se referem, variam de época para época, de cultura para cultura. É preciso situá-los.

Na mesma época, para nós agora o século XX, e na mesma cultura, à chamada cultura ocidental, há ainda uma mutação de valores que se configura em períodos mais precisos. Se pensarmos nos últimos vinte anos, por exemplo, imediatamente nos ocorre um conjunto substancial de transformações justamente nos conceitos vigentes sobre as sexualidades, os amores, a vida privada, as mulheres.

Do amor romântico e da paixão, por oposição ao tédio do matrimónio por interesse do século XIX, ao casamento por amor e ao divórcio dos nossos dias, vai uma grande distância social. Podemos dizer assim que se o sentimento é quase eterno ou universal naquilo que ele contém do movimento para o outro, as formas e categorizações próprias do Amor dependem de códigos ou da semântica, como dirá Luhman, próprios de uma época.

Haverá então que captar numa abordagem global, uma espécie de espírito do tempo do Amor na nossa época, descobrir hoje, na nossa cultura, no nosso país, quais são os valores dominantes, quais são os códigos do Amor.

Este exercício não é evidentemente fácil.

Dizer que se procura captar hoje em Portugal valores dominantes ou universos simbólicos que podem presidir à organização das regras do código amoroso é dizer o quê? Que se procura saber como certos aspectos da modernidade ou pós-modernidade estão patentes e são visíveis em certas áreas urbanas? Pode ser. Mas há que ter em conta que neste terreno das relações amorosas como noutras dimensões das relações sociais jogam ainda outros factores. Apenas a título de exemplo, a religião. É sabido que católicos ou protestante organizam respostas e visões do mundo diferentes no domínio dos valores, ou orientações pessoais. É certo também que as sociedades modernas se caracterizam por uma desacralização ou laicização; ou seja, pela perda de importância da religião como orientadora mesmo da vida privada. Mas há que ter em conta que neste domínio tão fluido quanto pode ser o de perceber o que contribui para a constituição de certos universos simbólicos, há certamente efeitos da religião, neste caso católica, que cruzados ou dobrados de componentes estruturais, por exemplo envolvências ruralizantes, podem perdurar.

Falar do País é sempre falar de uma formação social com redes complexas de relações sociais de múltiplas determinações. Daí que a meu ver se estas formulações sobre a modernidade ou a pós-modernidade, são de va-

lor teórico inestimável, quando pensadas em função da pesquisa do terreno, obrigam-nos certamente a procurar um conjunto de mediações.

Isto não me ocorre por acaso. Com efeito, e quanto ao divórcio, dizer que Lisboa não é o País, não é uma afirmação sem sentido. Há um conjunto de indicadores estatísticos, que nos revelam dados interessantes — em Lisboa ocorrem mais de metade dos divórcios de todo o país. Embora esta relação tenha diminuído nos últimos anos, continua o distrito e a cidade de Lisboa a estar muito à frente do Porto, por exemplo. O mesmo se pode dizer quanto à taxa de natalidade (é mais baixa em Lisboa) e o mesmo ainda da de nupcialidade. Também o número de casamentos católicos é acentuadamente mais baixo em Lisboa que no Porto.

Mas agora, e em sentido contrário, podíamos dizer que há tendências para que certos valores se comuniquem, o que pode produzir alguns efeitos generalizadores. O Direito, por exemplo, nestas áreas da família tende a adequar-se às práticas sociais. Pode dizer-se que as transformações legislativas, no nosso caso com alguma especificidade devido às mudanças bruscas do 25 de Abril, produziram certamente alguns efeitos. De um dia para o outro mudou o discurso institucional sobre os direitos das mulheres, permitiu-se o divórcio para os casados catolicamente. Isto levou certamente à reestruturação dos universos cognitivos, à mudança de visões do mundo.

E sabemos como é importante o discurso institucionalizado do Direito, que estabelece a norma e a excepção.

Mas não só. Há ainda o poderoso impacto dos *media*. Se compararmos o poder de difusão social dos romances do século XIX que codificam e modificam também as regras do código amoroso, com o poder da televisão com a sua telenovela, não é difícil concluir que o último é mais eficaz, como comunicação e difusão de valores, ou modelos de comportamentos, mesmo tendo em conta que a mensagem não é única ou unidimensional.

Equacionámos um primeiro nível de análise, a necessidade de situar as relações amorosas num contexto espacio-temporal, na tentativa de lhe encontrar códigos ou valores determinantes, e enunciámos algumas dificuldades.

Vamos prosseguir, fazendo uso, então, de algumas elaborações teóricas globais de outros sociólogos. Mas para já equacionemos um segundo nível de análise.

Na origem da formulação de qualquer código, ou dos valores, ou da constituição de universos simbólicos, estão os actores sociais. Isto é uma consequência lógica do uso do conceito de prática social.

A tentativa de captar os códigos dominantes, num exercício teórico de absoluta pertinência e interesse, fica apesar de tudo amputada, a meu ver, se não for acompanhada de uma análise que faça entrar em cena os actores sociais, na diversidade das suas práticas e universos simbólicos. Nesta diversidade podem ser encontradas regularidades e efeitos estruturadores. As condições materiais de existência condicionam a constituição de universos simbólicos, organizam matrizes de percepção (*habitus*), como referimos,

com que se opera e lê a realidade do que nos acontece, a nós e aos outros, e determina também as trajectórias sociais. Quer isto dizer que os recursos de que se faz uso para amar ou para estabelecer relações amorosas, as escolhas, estão condicionados por certos imperativos culturais.

Por outro lado, procurar as determinações mais pertinentes para encontrar e explicar regularidades, exige tomar em conta uma multiplicidade de variáveis — grupo ou classe social mas também geração, idade. As gerações comunicam-se, os grupos na sua diversidade também.

Há ainda operadores simbólicos que funcionam como intercomunicadores gerais, como já dissemos. Os anos 80 são, necessariamente, uma amálgama de sensibilidades diferenciadas. É esta percepção que nos leva a considerar a necessidade de captar os processos sociais que estão a operar nas relações amorosas, pela pesquisa de terreno num futuro: só ela permite tornar os actores sociais os verdadeiros protagonistas das suas práticas.

Vejamos no entanto, para já, os contributos de alguns sociólogos e filósofos num primeiro nível de análise ainda global.

Luhman, no seu livro recente *L'amour comme passion*, considera que há quatro categorias fundamentais de comunicação — poder, verdade, dinheiro e amor. Num quadro teórico que procura cruzar uma perspectiva da teoria da evolução com uma teoria dos meios de comunicação simbólica generalizada, o autor procura caracterizar as diversas semânticas do Amor a partir do século XVII. Traça-nos o quadro do que ele considera fundamental como semântica do amor nos tempos modernos. Sintetizaremos brevemente o seu contributo.

Sentimento e acção são relações orientadas por imperativos culturais e mesmo as relações sexuais, na fantasia ou na prática, devem a essa interferência (cultural) a sua limitação e grandeza. As evoluções da estrutura social originam uma transformação dos conceitos vigentes sobre o amor e as formas de codificação que lhe são próprias.

O amor não é aqui tratado como um sentimento mas como um código simbólico que informa de que maneira podemos estabelecer uma comunicação positiva. E é este código que estimula a própria génese do sentimento. Uma senhora da época romântica, por hipótese, só se apaixonava depois de ter lido como era a paixão no romance.

Com a evolução para a sociedade moderna, Luhman diz-nos que se assiste a uma modificação profunda da semântica do amor. A sociedade moderna caracteriza-se por uma dupla acumulação: um maior número de possibilidades de estabelecer relações impessoais, e uma maior intensificação das relações pessoais. Acentua-se ainda uma progressiva diferenciação social. Com uma certa incapacidade de prever as possibilidades de evolução da própria sociedade, ela tornou-se opaca e complexa aos olhos dos indivíduos. Desta noção de opacidade e complexidade surge a necessidade de se situar num mundo próximo, num meio compreensível que inspire confiança, «íntimo».

Desta necessidade, ainda, e compensação de um mundo íntimo que se

procura, nasce por um lado a revalorização de relações como a amizade, mas por outro aumentam as exigências — o que se pede a esse mundo íntimo.

Como se assiste a uma maior individualização, as relações pessoais deixam de funcionar como elemento «protector». Os desamores, diremos nós, nascem assim «de um grau excessivamente alto de individualização que põe em perigo uma união conjugal e coloca as relações íntimas debaixo do peso de exigências que forçosamente resultam difíceis de cumprir com total plenitude». Sem liames administrativos perde-se o sentido do compromisso e a união está assim sujeita à fragilidade dos sentimentos de fácil mutação. Com uma maior individualização e mesmo com a personalização das relações sociais o amor deixa mesmo de ter o papel de regulador do conflito, e passa ao contrário a ser também afectado por ele.

Julgo não abusar de Luhman se disser que para ele acaba ainda o «mistério». A igualdade dos sexos, a abordagem fácil da sexualidade, a ausência da necessidade do amor mesmo para o estabelecer de relações sexuais ou o surgimento da amizade erótica, retiram ao Amor um conjunto de regulações que o tornavam transcendente. Em contrapartida a união conjugal, com um objecto mais ao nosso alcance, e menos despido de idealizações está sujeita simultaneamente às dificuldades inerentes à afirmação da individualidade e a uma maior exigência de intimidade e protecção que ela já não está em condições de oferecer.

O amor promete demasiado, oferece demasiado índice de improbabilidade.

Se esta análise capta por um lado uma realidade indesmentível — um maior índice de individualização produz uma maior conflitualidade, conclui com uma inevitabilidade (a improbabilidade da comunicação amorosa) a meu ver pouco convincente. A individualização provém, por exemplo, de uma maior igualdade entre o homem e a mulher e de menores constrangimentos sobre a relação e sobre os indivíduos.

Isto pode criar maiores condições para o conflito. Quer dizer, e pensando no casamento, há projectos que se diferenciam ao longo de trajectórias feitas muitas vezes além disso em períodos ainda de crescimento ou maturação e construção da identidade dos parceiros. Mas não é inevitável que não se possa chegar ao consenso. No mesmo ou noutro casamento. Com as devidas reservas podíamos estabelecer uma comparação.

O Estado Providência prevê a consagração da solução do conflito — que se institucionalizou exactamente porque se partiu do princípio de igualdade de direitos entre grupos conflitantes — pelo processo do consenso.

Não foi uma aprendizagem fácil.

Por que não conduz o aumento de conflitualidade entre os indivíduos nas relações amorosas ou nas relações conjugais, ao consenso?

Nas relações amorosas assiste-se por um lado a um maior índice de mobilidade de parceiros, o que nos pode indicar o aumento e mesmo bana-

lização do divórcio. Mas podemos encarar esta situação como um período de conflito de referências, reconstituição de universos simbólicos e cognitivos. E isto porque surgiram novos dados — sobretudo em relação a gerações anteriores onde o casamento para a vida inteira era uma perspectiva de que se partia e que não se punha em causa.

Os divorciados tendem a voltar a casar. Certamente que haverá quem não aprenda nada, mas há uma mudança efectiva em relação a referências passadas. Não acho assim que haja uma condenação à improbabilidade da comunicação. Pode ser hoje mais difícil atingir plataformas de consenso; mas julgo que é uma realidade ainda demasiado presente e contemporânea, para nos condenarmos já à improbabilidade, ou decidirmos já pelo consenso.

Por outro lado é o próprio Luhman que fala da revalorização da amizade. O autor diz que as relações íntimas já não oferecem condições de «protecção» — isto devido ainda à maior individualização. A meu ver ressurge outro tipo de relações que funcionam pontual ou definitivamente como formas de sociabilidade e por isso talvez surjam também outras formas de «protecção». Para finalizar há um certo tom em Luhman do tipo — o amor já não é como era dantes... Julgo que não adianta tanto pensar no que foi, a não ser por imperativos analíticos, interessa mais perceber o que se investe hoje simbolicamente no que se chama Amor. E pode aparecer-nos no conjunto categorias e até palavras novas, que lhe atribuam um novo sentido — só uma análise das práticas sociais nos poderia conduzir à verificação da pertinência de certas propostas teóricas e das intuições ou objecções que eu própria levantei.

Denis Rougemont no seu livro «O Amor no Ocidente», com textos de 1935 e 1954, procura analisar sobretudo através da literatura, os mitos que organizam a vida amorosa na cultura ocidental, do amor cortês aos nossos dias.

Falando das sociedades actuais, Rougemont procura responder e propor mesmo uma outra atitude face ao que considera «o estado presente de desmoralização geral dos nossos dias». Parte do pressuposto que vivemos segundo duas morais — uma herdada da ortodoxia religiosa, mas que não se apoia numa fé viva, e outra derivada de uma heresia, cuja expressão «essencialmente lírica» chega até nós totalmente profanada e por consequência deturpada (refere-se à paixão).

O mito da paixão está profundamente enraizado na cultura ocidental, diz Rougemont. Paixão é antagónica ao amor. Muitos dos problemas que hoje surgem, nomeadamente o aumento dos divórcios geram-se exactamente a partir deste equívoco, ou seja de não se terem em conta as diferenças profundas entre amor e paixão. Para Rougemont paixão é sentimento, amor é construção, decisão, compromisso de partilha de vida em comum.

O mito da paixão com toda a série de obstáculos que impossibilitam o atingir do objecto amado e, que aliás para que se mantenha deve permanecer inatingível, conduz em última análise à morte. Negação de si e do ou-

tro, exaltação das trevas, da noite do excesso em detrimento da tranquilidade ou à luz do dia. O que se passa nos nossos dias, continua o autor, é que a paixão já não tem as componentes transcendentais ou sublimes que a envolviam anteriormente. O seu sucedâneo actual é uma série desregrada de entusiasmos, porque o ideal de felicidade deixou de se situar no Ser e passou a situar-se no Ter. Procura-se permanentemente a mulher ideal que é a Isolda moderna de um filme qualquer, que corresponde ao mito ou idealização. Casa-se com ela; mas como, presentes no casamento não estão os valores de continuidade do compromisso «uma vida que é aliada da minha para toda a vida», mas sim os valores que presidiram à escolha da pessoa mitificada, facilmente o casamento se rompe. Em traços gerais e necessariamente esquemáticos, é isto que explica para Rougemont a sucessão de amores e desamores.

A sua análise sobre os mitos fundamentais da paixão através da literatura e desde o século XII é extremamente rica e pormenorizada. E se olharmos deste ponto de vista, ou seja, relativamente à proposta do autor ela é extremamente perspicaz e pertinente.

Faremos notar apenas que em 1954 as condições para pôr em prática o amor como partilha, decisão mútua, compromisso, uma vida que é minha aliada da minha para toda a vida, não seriam os melhores se pensarmos do ponto de vista da igualdade entre parceiros. Rougemont além disso não está preocupado em analisar as condições mais concretas da vida matrimonial porque a sua análise se pretende de categorias globais — moral, ética.

Onde Rougemont nos inquieta, e nos questiona (até que ponto é que o mito povoará a nossa cabeça?), A. Alberoni reconcilia-nos, pacifica-nos.

No seu livro «Enamoramento e Amor» ele elabora uma perspectiva sobre o enamoramento considerando-o «o estado nascente de um movimento colectivo a dois». Nesse estado nascente tudo se caracteriza pelo extraordinário, dele pode nascer ou não o amor, a continuidade. O seu quadro teórico apoia-se na formulação global de que todo o «movimento colectivo acaba na instituição» — sendo o movimento o período de criatividade, inovação e a institucionalização de uma nova ordem ou continuidade. O enamoramento é assim o estado nascente de um movimento idêntico aos outros movimentos colectivos, e apenas diferente ou específico, porque entre outros aspectos envolve apenas dois.

O facto de Alberoni não se referir à paixão mas ao enamoramento, é ainda de algum modo significativo, se pensarmos no que ficou dito. À paixão está associada ainda uma ideia de radicalidade, que como Rougemont acentua parece não encontrar forma correspondente nos dias de hoje.

Por que nos enamoramos então?

«A vida quotidiana», diz Alberoni, «é caracterizada pelo desapontamento». Adiamos sucessivamente o prazer, no cumprimento do dever, na cedência à obrigação. «A ordem das coisas não nos tem como centro, não faz de nós o seu princípio inspirador; é o resultado da pressão que exercem sobre nós (...)».

A profunda atracção que o enamoramento suscita em cada um de nós é devida ao facto de introduzir nesta opacidade uma luz deslumbrante, um perigo total. O enamoramento liberta o nosso desejo, coloca-o no centro de todas as coisas: nós desejamos, queremos ardentemente algo para nós.

Vê-se assim que o que para Rougemont é inibidor de uma capacidade de encarar o amor como decisão, partilha — o entusiasmo fácil produzido pela nostalgia da Paixão — em Alberoni é pelo contrário libertação do desejo, uma luz na opacidade do quotidiano, cinzento e descentrado de nós. E além disso, como promessa no fim do enamoramento, que como estado de excepção acaba inevitavelmente, está ainda a possibilidade da constituição, de um amor que pode alimentar-se na continuidade, na tranquilidade do «para sempre». Para Rougemont era uma impossibilidade, porque os valores que presidem a um (enamoramento, paixão) e a outro (amor, casamento) são inteiramente distintos.

A perspectiva de Alberoni pode surgir como uma proposta mais sedutora. E sobretudo não nos põe em causa. Julgo no entanto que a contradição entre os dois autores se esbate se pensarmos que Alberoni se ocupa mais do lado criativo e transformador ou excepcional do enamoramento, enquanto Rougemont procura explicar em termos de moral e mesmo de racionalidade o «disfuncionamento» do que ele considera serem os casamentos daquele seu presente. Há ainda um desfazamento importante no tempo — um fala-nos de há mais de quarenta anos. De então para cá houve modificações na estrutura social, que produziram como se sabe mudanças na moral e nos valores. O próprio autor de *O amor no Ocidente* complexifica a sua perspectiva quando em 1960 publica o seu livro *Les mythes de l'Amour*. Pensando agora que Luhman e Alberoni se poderiam comunicar por nosso intermédio, seria fácil constatar que partem de pressupostos teóricos radicalmente distintos. Mas em termos das suas conclusões poder-se-ia afirmar que, o que para Luhman é improvável (o amor promete demasiado e por isso oferece demasiada improbabilidade) para Alberoni, o enamoramento, não só é mais provável como é necessário, criativo, transformador. Como «disfunciona» o amor que nasce do enamoramento, é um problema que Alberoni remete para as pressões do quotidiano sobre nós, de que ele não se ocupa em pormenor.

Para terminar esta viagem aos autores, gostaria ainda de vos referir o livro de Elizabeth Bedinther, *Um é o outro*. Foco-o porque a autora parte um pouco da mesma perspectiva que me tem conduzido ao longo de vários trabalhos. Com efeito, tem sido a linha de análise mulheres, mudança social, família, que tenho seguido.

A autora, falando globalmente nas transformações profundas da sociedade moderna, privilegia também as que se verificaram na situação das mulheres.

Segundo ela, há uma mudança fundamental nos últimos vinte anos. Durante quase toda a história da humanidade homens e mulheres desempenharam tarefas complementares — complementaridade essa que em certos

períodos se caracterizou pela assimetria e subordinação das mulheres, ao patriarcado. Hoje essa complementaridade desfaz-se para dar lugar à semelhança. De facto, as tarefas profissionais desempenhadas hoje pelas mulheres são idênticas às dos homens. O controlo da natalidade e também o facto de os homens desempenharem um papel na paternidade, áreas antes exclusivas às mulheres, consagra e confirma essa semelhança. Se ainda há assimetrias detectáveis sobretudo ao nível das práticas sociais (e menos das representações) elas tendem a esbater-se. Aproxima-se então o tempo em que um é o outro. Esta aproximação é profundamente inquietante e perturbadora, porque é radicalmente nova, e processou-se de forma demasiado rápida para a nossa capacidade de adequação às novas realidades.

Como limitações desta análise poderemos apenas apontar-lhe o que a autora não fez. E se isto é ironia ela pode ser estendida aos outros autores.

Com efeito neste domínio, ainda pouco explorado, é natural que surjam sobretudo trabalhos de ensaio, ou teóricos reflectindo, por exemplo, análises dos mitos através da literatura. Está por fazer um trabalho, a meu ver essencial, que se deverá centrar na análise das práticas e das representações, como já afirmei.

Mas níveis de análise mais teóricos ou globalizantes permitem traçar linhas de pesquisa.

Vou sintetizar assim o que a meu ver me parece possível agora construir como hipóteses de trabalho, apoiando-me justamente nos trabalhos referidos.

1) Há efectivamente uma tendência para a individualização de projectos (mais acentuado em certos grupos sociais) que podem induzir conflitualidades de referências e valores e assim conflitualidades nas relações amorosas.

2) As transformações de carácter sócio-estrutural mais recentes de que as mudanças no estatuto das mulheres são apenas um dos exemplos, pela sua rapidez e radicalidade produzem também conflitos de referências e de valores quanto a papéis, tarefas. Será uma realidade também mais perceptível em algumas gerações de transição.

3) As condições que geram a conflitualidade, não geram necessariamente a ruptura. Podem surgir novas formas de relacionamento, tendentes a procedimentos à adequação a novas realidades. Na certeza de que o amor já não é como era dantes há que procurar os novos investimentos simbólicos com que se reveste. Poderá tender a significar hoje partilha, decisão, construção, obra.

Regressamos assim à sugestão inicial. Temos indicadores empíricos em trabalhos realizados, e impossíveis agora de referir, que nos mostram os universos simbólicos dos actores sociais pelo menos quanto ao casamento, ao divórcio e à família; referem-se a práticas, a expectativas e a estratégias diferenciadas.

Não será abusivo concluir que elas operam também nas relações amorosas. Só a pesquisa de terreno e um aprofundamento teórico poderão dar

consistência a estas hipóteses globais ou até subvertê-las. Isto quer dizer que só depois, e pensando agora na assembleia imaginada do início, poderíamos indicar (se é que para isso há talento e arte) por que o sr. Dionísio, a D. Virgínia, o Sr. Sousa e a Anália Torres têm universos simbólicos, acerca das relações amorosas, presumivelmente diferentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERONI, Francesco, *Enamoramento e amor*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983.
- BADINTER, Elizabeth, *Um é o outro*, Lisboa, Relógio de Água, s.d.
- BOURDIEU, Pierre, *Esquisse d'une théorie de la pratique*
— *Précédé de trois études d'ethnologie Kabyle*, Genebra, Droz, 1972.
- BOURDIEU, Pierre — *La Distinction — Critique Sociale du Fragment*, Paris, Minuit 1979.
- FLANDRIN, Jean-Louis, *Le sexe et l'occident — évolution des attitudes et des comportements*, Paris, Editions du Seuil, 1981.
- GIRARD, Alain, *Le Choix du Conjoint — une enquête psycho-sociologique en France*, Paris, PUF, INED, Travaux et Documents, Cahier n.º 70, 1981.
- GOODE, William J., «The theoretical importance of love», in *American Sociological Review*, Fev. 1959.
- JANKÉLÉVITCH, Vladimir — *Les Vertus et l'Amour*, Paris, Flammarion, 1986.
- LUHMAN, Niklas, *El amor como pasión*, Barcelona, Ediciones Peninsula, 1985.
- ROUGEMONT, Denis, *o Amor e o Ocidente*, Lisboa, Morais Ed., 1982.
- ROUGEMONT, Denis *Les mythes de l'amour*, Paris, Gallimard, 1961.